



Marceli Lusia Binsfeld Hammes

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:
O CASO DA COOPERAGRO FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE HORIZONTALINA, RS**

**Horizontalina
2015**

Marceli Lusia Binsfeld Hammes

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:
O CASO DA COOPERAGRO FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA, RS**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, pelo Curso de Ciências Econômicas da Faculdade Horizontina (FAHOR).

ORIENTADOR: Me. Jaqueline Primo Nogueira de Sá.

Horizontina

2015

**FAHOR - FACULDADE HORIZONTALINA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:
O CASO DA COOPERAGRO FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE HORIZONTALINA, RS.**

Elaborada por:

Marceli Lusia Binsfeld Hammes

como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas

Aprovado em: ____ /12/2015

Pela Comissão Examinadora

**Me. Jaqueline Primo Nogueira de Sá
Presidente da Comissão Examinadora - Orientadora**

**Titulação. Nome do Examinador Interno
FAHOR – Faculdade Horizontalina**

**Titulação. Nome do Examinador Interno
FAHOR – Faculdade Horizontalina**

**Horizontalina
2015**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Arnildo e Marlise, exemplos de perseverança e de maturidade que, com o passar dos anos, não se endureceram, mas adquiriram a virtude da mudança à medida que o tempo passa. Também, para minha irmã Mainara Meller Dalcin, que sempre esteve do meu lado me apoiando em todos os momentos.

AGRADECIMENTO

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pela vitória que me concedeu ao chegar até aqui e por sua infinita misericórdia sobre a minha vida, me protegendo, iluminando meus passos e me orientando em todos os momentos.

À professora Jaqueline Nogueira de Sá, por ter aceitado ser minha orientadora, pela disponibilidade de tempo a mim cedida em meio a tantas ocupações, e pela grandiosa contribuição que deu a este trabalho.

Também, a professora Ana Paula Barrozo Stefano Dal Molin, pelo carinho, atenção e disponibilidade.

Agradeço a todos meus amigos, pela compreensão, apoio e carinho, e a todos os professores da FAHOR, que foram muito importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

A todos, o meu mais profundo muito obrigada.

“Quando tu tem uma meta, o que era um obstáculo passa a ser uma etapa de um de seus objetivos.”

(Anônimo)

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar se de fato a associação de agricultores COOPERAGRO Familiar é um exemplo de economia solidária no município de Horizontina, RS. Com isso, espera-se aprender a importância da mesma para o município, bem como a sua contribuição e alternativa para geração de trabalho e renda para os agricultores a ela vinculados. Para atingir os objetivos traçados foi realizado um estudo sobre cooperativismo e economia solidária, destacando a importância para o crescimento e o desenvolvimento local, bem como uma coleta de dados e características da COOPERAGRO Familiar e uma avaliação se de fato a associação é fonte de trabalho e renda para os agricultores de Horizontina. Para realização desse estudo foram utilizados alguns métodos tais como: abordagem dedutivo, pesquisa exploratória e descritiva, pesquisa bibliográfica, estudo de caso e a técnica de documentação direta realizada através de entrevistas com uso de questionário semi-estruturado aplicado pela pesquisadora. Através da pesquisa realizada, pode-se inferir que o papel da COOPERAGRO familiar é de fundamental importância para o município, visto que a mesma proporciona aos produtores rurais melhora na renda e na qualidade de vida. Também, a cooperativa é relativamente recente, pois suas iniciativas não ultrapassam 4 anos, sendo suas vendas registradas principalmente através do bloco de produtor rural e de cooperativa. Em relação à renda dos produtores rurais, percebe-se o aumento após vinculação a cooperativa e uma melhora. A partir deste estudo, tornou-se possível destacar a importância da COOPERAGRO Familiar, mas não pode-se afirmar que a mesma é um exemplo de economia solidária para o município de Horizontina, RS.

Palavras-chave: Economia solidária. COOPERAGRO Familiar. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

This research seeks to make an analysis if in fact the Farmers' association COOPERAGRO Familiar, is an example of solidarity economy in the city of Horizontina, Brazil. With that, it is expected to learn the importance of it to the municipality, and also as their contribution and alternative for generating work and income for farmers linked to it. To reach the goals outlined we conducted a study on cooperative and solidarity economy, highlighting the importance for growth and local development, also as a collection of data and particulars of the Farmers' association COOPERAGRO Familiar and an assessment is in fact the association is a source of work and income for farmers in Horizontina. For this study we used some methods such as: deductive approach, exploratory and descriptive research, literature, case study and the technique of a direct documentation performed through interviews with semi-structured questionnaire applied by the researcher. Through this research, it is found that COOPERAGRO Familiar is extremely important for the city, since it provides to the farmers improved income and quality of life. Also, the COOPERAGRO Familiar is relatively recent, because their initiatives are no bigger than four years, and its registered sales mainly through the farmer and cooperative block (credit used in rural areas and the inner cities). Regarding the income of farmers, it is clear the increase after being linked to the COOPERAGRO Familiar. From this study, it became possible to highlight the importance of the Farmers' association COOPERAGRO Familiar, however, it is no possible say that it is an example of solidarity economy for the city of Horizontina, Brazil.

Keywords: *Solidarity economy. Family COOPERAGRO. Local development.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Percentual de gênero dos associados da COOPERAGRO em 2015.....	37
Figura 2 - Faixa etária dos associados da cooperativa em 2015	38
Figura 3 - Nível de instrução dos associados da COOPERAGRO em 2015.....	39
Figura 4 – Percentual de associados que realizou atividades fora da agricultura.....	39
Figura 5 – Percentual de associados que pertencem à outra cooperativa	40
Figura 6 – Percentual de associados que pertencem a outra cooperativa por nome da cooperativa.....	40
Figura 7 – Porcentagem de produtos comercializados pelos agricultores através da cooperativa em 2015.....	41
Figura 8 - Percentual de associados que dependem apenas da renda vinda da COOPERAGRO	42
Figura 9 – Atividade de origem de outra fonte de renda para os associados em 2015	42
Figura 10 – Porcentagem de associados cuja renda melhorou quando entrou para a cooperativa.....	43
Figura 11 – Porcentagem de respostas quanto à oferta ou não de programa de capacitação pela COOPERAGRO em 2015.	44
Figura 12 – Percentual de associados que recebe ou recebeu assistência técnica da COOPERAGRO.	44
Figura 13 – Percentual de respostas referentes a existência de reuniões periódicas sobre o rendimento da COOPERAGRO.	45
Figura 14 - Importância da cooperativa na vida dos agricultores.	46
Figura 15 - Principais dificuldades do dia-a-dia dos agricultores.....	46

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO COMO GERADORES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	13
2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO: ORIGEM NO MUNDO E NO BRASIL	13
2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....	17
2.3 COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR.....	22
2.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	24
3 METODOLOGIA	30
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	32
4.1 A COOPERAGRO FAMILIAR DE HORIZONTINA.....	32
4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS ASSOCIADOS À COOPERATIVA FAMILIAR	37
4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS.....	52
APÊNDICE A	55
APÊNDICE B	56

1 INTRODUÇÃO

Com o surgimento de diversos empreendimentos baseados em cooperativismo e autogestão, hoje é imprescindível um estudo sobre economia solidária. Trata-se de nova forma de organização econômica a partir do trabalho coletivo, um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar alimentos e objetos. Na economia solidária não existe patrão nem empregado, e sim um conjunto de pessoas que trabalham de forma coletiva.

Desde então, a economia solidária vem se destacando a partir do princípio do trabalho cooperativo, da propriedade coletiva dos meios de produção e da preservação dos postos de trabalho, visando à solidariedade ao invés da competição. A cooperação entre os trabalhadores visa minimizar as dificuldades presentes no trabalho autônomo individual, ampliando a possibilidade de sobrevivência das atividades.

O incentivo aos empreendimentos econômicos organizados de forma associativa vem ganhando espaço em muitos países no que se refere à ação governamental e também não governamental para geração de trabalho e renda. Os trabalhadores desempregados ou precarizados têm encontrado saídas na organização de empreendimentos cooperativos e associativos em que contam com alguns apoios em termos de políticas públicas.

O município de Horizontina, no Estado do Rio Grande do Sul, conta com um Programa de Apoio ao Pequeno Agricultor, a Cooperativa de Agricultura Familiar (COOPERAGRO Familiar). Esse programa busca vender produtos ao consumidor, ser uma fonte de renda primária ou gerar uma renda alternativa, e movimentar a economia do município. Baseado nesse contexto, o tema do presente trabalho é o estudo dessa COOPERAGRO Familiar. Sendo assim, o problema de pesquisa levantado pretende investigar a seguinte questão: a associação de agricultores COOPERAGRO Familiar é um exemplo de economia solidária no município de Horizontina, contribuindo para geração de renda e trabalho?

É importante ressaltar que a concretização deste estudo realizou-se com base no seguinte objetivo geral: analisar se a associação COOPERAGRO é um exemplo de economia solidária no município de Horizontina, RS.

Portanto, para concretizar o objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) realizar um estudo sobre cooperativismo e economia solidária, destacando sua importância para o crescimento e o desenvolvimento local;
- b) verificar a forma de funcionamento e as características da COOPERAGRO Familiar de Horizontina;
- c) coletar dados sobre a associação COOPERAGRO Familiar e os associados – agricultores; e
- d) avaliar se a associação é fonte geradora de trabalho e renda para os agricultores de Horizontina.

Com o avanço do mundo e a vontade do ser humano de inovação e crescimento, alguns temas vêm chamando a atenção. Baseado nisso, resolveu-se estudar sobre economia solidária, pois é uma alternativa rentável ao crescimento e desenvolvimento dos participantes e da comunidade onde esta inserida. Esta economia vem sendo adotada por muitos como políticas de geração de renda, de inclusão e cooperativismo.

Além disso, o maior conhecimento deste tema permite outro olhar sobre possibilidades de políticas e ações em segmento da agricultura familiar para o município de Horizontina. Esse estudo também apresenta grande oportunidade, viabilidade e importância para a COOPERAGRO Familiar, pois assim será possível visualizar se a associação é de fato um exemplo de economia solidária geradora de lucros para os agricultores e para a economia do município. Assim sendo, estratégias para a sua consolidação poderão ser melhor formuladas e implementadas.

A relevância dessa pesquisa irá apresentar-se como um complemento aos estudos de Economia Regional, que busca alternativas para o desenvolvimento econômico a partir de estratégias de crescimento e desenvolvimento local. Na ótica da autora, se teve a necessidade, como acadêmica do curso de ciências econômicas, de entender de forma mais profunda sobre políticas de desenvolvimento local, além da curiosidade em conhecer e compreender melhor a forma de distribuição dos recursos, de criação de emprego e renda.

A primeira parte deste estudo contém esta introdução, seguida da segunda parte onde apresenta-se uma revisão da literatura sobre o tema proposto e suas origens, buscando conceitos sobre economia solidária, cooperativismo e agricultura

familiar. O terceiro capítulo, por sua vez, trata da descrição da metodologia utilizada na pesquisa. O quarto capítulo contempla a análise dos dados a respeito da pesquisa aplicada na Cooperativa Familiar de Horizontina, RS. Nas considerações finais, faz-se uma retomada dos elementos centrais da pesquisa e sua relação com os objetivos propostos para este estudo e os resultados atingidos. Por fim, apresentam-se as referências utilizadas.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO COMO GERADORES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A sociedade vem passando por constantes alterações no âmbito social, cultural e econômico por conta da globalização, tais como desemprego, fome, violência, falta de mão de obra qualificada, miséria, corrupção e outros. Tendo em vista essas alterações, verifica-se a necessidade da sociedade fortalecer-se e buscar alternativas sustentáveis para o crescimento econômico e desenvolvimento social, sendo a economia solidária e o cooperativismo alguns exemplos dessas alternativas.

Por serem esses os temas centrais do presente trabalho, torna-se necessário aprofundar mais esses conceitos, bem como sua origem. Sendo assim, esse capítulo irá abordar os seguintes temas: Economia Solidária: Origem no mundo e no Brasil; Economia Solidária e o Cooperativismo; Cooperativas de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Econômico Local.

2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO: ORIGEM NO MUNDO E NO BRASIL

Em 1610 iniciou-se a construção de um estado cooperativo através das primeiras Reduções Jesuítas no Brasil (BENATO, 1994). Essas economias cooperativas visavam o trabalho coletivo e o bem estar das famílias, eram movidas pelo amor cristão, e baseavam-se no princípio do auxílio mútuo dos integrantes. A prática dessa economia solidária cooperativa era encontrada entre os indígenas brasileiros e os povos primitivos.

A economia solidária ressurgiu no cenário histórico por volta do século XVIII, período em que ocorria a Revolução Industrial, constituindo-se como uma reação à expulsão dos artesãos dos mercados provocada pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. A expulsão dos trabalhadores de seus postos de trabalho era uma relação de conflitos entre os empregadores e os empregados, a chamada luta de classes, o que influenciou bastante no interesse e surgimento das primeiras cooperativas por parte dos sindicatos dos trabalhadores (SINGER, 2002).

Para Marx (1983), uma das características específicas do modo de produção capitalista é a constante existência de um exército industrial de reserva, ou seja,

trabalhadores desempregados ou subempregados. Esse exército serviria para manter o custo da força de trabalho próximo ao limite da subsistência, e na origem da Revolução Industrial, a exploração do trabalho nas fábricas era sem limites, o que ameaçava a reprodução do proletariado. As crianças começavam a trabalhar cada vez mais cedo e as jornadas de trabalho eram longas e exaustivas, o que proporcionava o esgotamento físico e, conseqüentemente, a debilidade dos trabalhadores, que elevaria ainda mais a taxa de mortalidade e, por fim, impedia a produtividade do trabalhador. A busca incessante dos capitalistas em reduzir custos de produção, mediante as inovações, aumentaria ainda mais o desemprego.

Essa expulsão ocasionou um enorme empobrecimento dos trabalhadores e artesãos. Durante a transição para o século XIX, a Grã-Bretanha passou por uma expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais dando origem ao proletariado moderno. No modo de produção capitalista, a contradição que envolve a acumulação de capital e o crescimento da pobreza se manifestou de forma mais vigorosa (SINGER, 2000).

Por isso, Singer (2002), a primeira grande tentativa de construção de um sistema produtivo solidário, em substituição ao modelo capital versus trabalho assalariado, surgiu na Grã Bretanha, pouco tempo depois da Revolução Industrial. Robert Owen, um britânico de grandes posses, surpreendeu muitos empresários com sua forma de se relacionar com seus empregados, pois ao invés de explorar plenamente os trabalhadores decidiu limitar a jornada de trabalho e proibir o emprego de crianças para as quais ergueu várias escolas.

Owen era generoso, dava aos assalariados seus direitos, o que resultou em maior produtividade do trabalho, tornando assim sua empresa bastante lucrativa, apesar de gastar mais com a folha de pagamento. O que parecia ser um projeto mostrou-se ser uma coerente e praticável via para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores dentro da organização produtiva capitalista. Feito isso, tornou-se alvo de admiração de pessoas do mundo inteiro, visto que conseguiu aumentar muito sua produtividade, sem comprometer sua lucratividade. Esse movimento ficou conhecido como owenismo.

Nesse tempo, Owen, com suas práticas revolucionárias, conquistou o respeito dos empresários capitalistas por lucrar pagando melhor e dando atendimento a seus trabalhadores. Limitando a jornada de trabalho e proibindo o emprego de crianças, aprofundou e difundiu suas ideias socialistas ganhando adeptos pela Grã-Bretanha,

EUA e todo o mundo. Owen lutou junto aos operários, foi um ativista do movimento trabalhista, organizando e participando de várias investidas operárias, visando sempre melhores condições de trabalho e projetos alternativos de organização do trabalho, dentre eles, as cooperativas. Tentou convencer o governo britânico a financiar a construções de cooperativas para produção agrícola e industrial para que as pessoas pobres pudessem produzir e garantir sua subsistência.

Na ideia de Owen, o governo deveria ajudar inicialmente as cooperativas e, após, as mesmas deveriam manter-se por conta própria, o que seria mais barato do que ficar dando assistência eternamente aos pobres desempregados. Porém, o governo britânico não aprovou essa ideia e muito menos seus colegas capitalistas, pois acreditavam que essa ideia era socialista (SINGER, 2002).

Para Engels e Marx (1985) era impossível superar o capitalismo criando empresas solidárias para competir com empresas capitalistas. Essas tentativas teriam como resultado o fracasso, pois a humanidade move-se rumo ao desenvolvimento das forças produtivas, o próprio capitalismo surge da transformação das oficinas artesanais e da pequena propriedade camponesa em grandes propriedades capitalistas.

Conforme salienta Engels, seria impossível encontrar grandes empresários como Owen, dispostos a doar toda sua fortuna em prol da economia solidária, e não seria prudente deixar de relatar que o empresário fracassou em alguns dos seus empreendimentos. Mesmo com o pessimismo de Engels, no século XIX surgiram grandes empreendimentos resultantes das primeiras cooperativas de consumo que estavam situados na Europa e continentes.

Segundo Singer (2002), a primeira cooperativa foi criada por George Mudie, por volta de 1821, em Londres, através do primeiro jornal cooperativo *The Economist*. Seguido de William King, que fundou, na cidade de Brighton, a Associação Cooperativa de troca de Brighton. Seu objetivo era formar um fundo para arrecadação de terras e empregar seus funcionários no cultivo de legumes para serem vendidos em um armazém.

Diante desses acontecimentos, os sindicatos começaram a movimentar-se na direção do owenismo, provocando um grande movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. A partir daí, tornou-se comum movimentos grevistas principalmente nos ramos que podiam ser operados sem a necessidade de muitas máquinas, pois a criação desse tipo de cooperativa estava ligada a luta das classes

conduzida pelos sindicatos. Seja como for, o fato é que não há registros de que qualquer pensador do século XIX propôs ou tratou de alguma prática o fenômeno denominado “Economia Solidária”, por mais vínculos com o cooperativismo que o movimento contemporâneo tivesse.

Já no Brasil, de acordo com Benato (1994), o movimento cooperativista no país se deu a partir de século XIX, através do médico Frances Jean Maurice Faivre. Juntamente com um grupo de europeus, o médico fundou, no Estado do Paraná, a Colônia Tereza Cristina. Apesar da breve existência, a colônia era organizada em bases cooperativas.

Como no Brasil a situação não era diferente dos outros países, surgia a cada dia a necessidade de criar mecanismos inovadores de geração de trabalho e renda que ultrapassasse o sistema capitalista, visto que um contingente da população não conseguia inserção no mercado do trabalho. Como se sabe, em 1980 a economia brasileira passou a evidenciar um ciclo de industrialização, que resultou em uma nova conjuntura histórica. A estagnação da economia ocorreu paralela à crise de financiamento do Estado, o que acabou interrompendo os avanços do processo de estruturação do trabalho formal. Diante dessa crise econômica, acabou-se induzindo o aparecimento de novas iniciativas que pudessem assegurar a sobrevivência dos trabalhadores. Tais iniciativas assumiram a forma de cooperativas ou associações produtivas, porém autogestionárias (SANTOS, 1998).

Ainda no ano de 1980, a Caritas, entidade ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos denominados Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que eram destinados às pessoas das periferias e da zona rural de diversos estados do país. Uma grande parte dos PACs tornou-se unidades de economia solidária, conseguindo economicamente se consolidar mediante a venda da produção em mercado (SINGER, 2002).

Diante disso, a economia solidária tornou-se uma espécie de concentração de renda, passando-se a considerar novas perspectivas, inclusive o reconhecimento e a expansão de instituições e entidades que passaram a apoiar iniciativas comunitárias, cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária. Essa junção de iniciativas ocorre através de vários fóruns, resultando assim a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Já segundo Pochmann (2004), o avanço da Economia Solidária no Brasil se deveu a partir da junção do aparecimento de um enorme excedente de mão de obra

e de um movimento de militantes sociais engajados na construção de alternativas de organização social no Brasil. Nesta concepção, a Economia Solidária emerge como modo de produção alternativo para preencher vazios econômicos e sociais produzidos pela história e pelo capitalismo.

Para Pitaguarí (2010), as entidades ligadas às igrejas e aos sindicatos foram as primeiras a apoiar e incentivar as iniciativas dos trabalhadores que buscaram trabalhar por conta própria ou em cooperativas populares como saídas para o desemprego. Posteriormente, as universidades e órgãos de governo passaram a apoiar os esforços de desenvolvimento das atividades econômicas que se enquadram no perfil chamado de Economia Solidária.

Nos últimos anos, tem crescido o apoio de governos municipais e estaduais através do aumento de programas de Economia Solidária, com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação e centros populares de comercialização. Diante das iniciativas, tornou-se constante o movimento de gestores públicos para promover troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de Economia Solidária.

Economia Solidária não é apenas e tão somente cooperativismo, nem mesmo é apenas uma reinvenção do cooperativismo operário owenista do século XIX. O próprio Paul Singer (2002), ainda que de forma nem sempre clara, afirma que o movimento autêntico é maior do que a simples união de cooperativas ou a constituição de um mercado cooperativista paralelo ao mercado capitalista. Nesse sentido, percebe-se que o cooperativismo é um processo de inclusão social e um instrumento que permite a inserção de diversos grupos modernos no sistema produtivo a partir da economia solidária. Sendo assim, é necessário compreender melhor esses termos, o que será tratado no tópico seguinte.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Segundo Singer (2000), a economia solidária trata-se de uma possível estratégia de luta contra as desigualdades sociais e o desemprego. A construção da economia solidária aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, em alguns anos,

um novo tipo de emprego e a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria, individual ou coletivamente.

Singer (2003), além de fazer questão de dizer que a Economia Solidária é outro modo de produção, o autor afirma que é simplesmente um modelo utópico. A economia solidária seria, nesta visão, um movimento sócio-econômico real antes mesmo de se tornar lócus de qualquer aposta ideológica, política ou filosófica.

A economia solidária não é a criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados 'utópicos' da primeira metade do século XX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento. A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução (SINGER, 2003, p. 13).

A aparente sustentação dessa afirmação pode ser encontrada no próprio entendimento do autor quanto ao funcionamento do capitalismo.

A economia solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro –, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses. Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país (SINGER, 2002).

Singer (2000), assim, afirma que as modalidades que compõem a economia solidária são múltiplas. Algumas surgem de movimento de trabalhadores, como a união daqueles que perderam o emprego em pequenas unidades produtivas, outras de pequenos produtores, que se unem em redes para comprar e vender em conjunto, outras de trabalhadores que assumem empresas falidas, e também de outras diferentes formas de associações de agricultores familiares rurais.

Já o termo cooperativismo de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) é uma organização de, pelo menos, vinte pessoas físicas, unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com

objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades. Fundamenta-se na economia solidária e se propõe obter um desempenho econômico eficiente, através da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta aos próprios associados e aos usuários (OCB, 2011).

De forma geral, cooperativas são organizações onde um determinado número de pessoas se une, buscando fins comuns a partir de um conjunto de regras pré-estabelecidas por esse grupo. A idéia base desses empreendimentos é conseguir força e competência para superar em conjunto o que individualmente seria muito difícil.

O cooperativismo, da mesma forma que a economia solidária, se desenvolveu e se diversificou atrelado diretamente à luta dos trabalhadores da época de 1830. Funcionou como um programa organizacional do trabalho visando melhores condições de vida aos trabalhadores e sua emancipação humana. Eram as chamadas “cooperativas operárias”, “cooperativas owenistas”, ou “cooperativas revolucionárias”. No entanto, as cooperativas são tidas como instrumento de transformação social e não como mecanismos de sobrevivência imediata. Posteriormente, montaram-se estruturas cooperativas que buscavam simplesmente melhores condições de competitividade para pequenos proprietários.

No período de 1891 e 1930, os cooperativistas aplicavam o modelo Rochdaleano com intuito de eliminar a concorrência e praticar a cooperação para solucionar todos os problemas do mercado. Esse Modelo trata do cooperativismo de consumo, que foi uma associação formada pelos Pioneiros Eqüitativos de Rochdale. Essa cooperativa foi montada em um importante centro têxtil no norte da Inglaterra na cidade de Rochdale, em 1844, formada inicialmente por 28 operários, donde metade deles era owenista. Essa cooperativa foi o grande difusor do cooperativismo pela Europa. As regras e as normas da organização e fiscalização cooperativa podiam ser adaptadas em função dos próprios objetivos da ação comunitária. O trabalho podia ser organizado conforme as possibilidades de conhecimento do grupo, em função de suas expectativas do negócio cooperativo, de seus valores culturais, de seus costumes e de seus preceitos religiosos.

De início, o armazém dos Pioneiros Eqüitativos funcionou como uma cooperativa de consumo, uma espécie de poupança mútua em que os sócios obtinham ganhos de escala nas compras de mercadorias e serviços. Assim, o cooperativismo de consumo prosperou as vendas em massa, a mecanização e a

automação de muitas operações, mas, a concorrência com os comerciantes capitalistas derrubou as cooperativas de consumo, que foi sabotada pelos próprios membros. Em 40 anos, o número de cooperativas de consumo na Grã-Bretanha caiu de mil para 50.

Junto com o cooperativismo de consumo, surgiu o de crédito. Segundo Singer (2000), cooperativa de crédito não trata-se de um intermediário financeiro como os bancos e companhias de seguro, mas sim, de uma associação de pequenos poupadores que se unem para potencializar seu acesso ao crédito mediante o financiamento mútuo. Pequenos produtores e empreendedores tinham grande dificuldade em adquirir empréstimo e financiamento para seus negócios individualmente, porque era alto o risco de não conseguirem honrar suas dívidas junto aos órgãos credores, restando a esses trabalhadores ficarem à mercê dos altos juros cobrados por agiotas. Em cooperativa, a situação é outra, pois as responsabilidades e os direitos dentro da cooperativa de crédito são divididos igualmente.

Individualmente, os pobres se sentem expostos a todo tipo de perigos. O pertencer a um grupo dá-lhes uma espécie de segurança. O indivíduo sozinho tende a ser imprevisível e inseguro. Em um grupo, beneficia-se do apoio e da emulação de todos, sua conduta se torna mais regular e mais confiável em matéria de empréstimos (YUNUS *apud* SINGER, 2002, p. 80).

Juntamente com a cooperativa de crédito, esta a cooperativa de compra e venda e de produção. Segundo Singer (2002), o cooperativismo de compra e venda busca apenas a realização de compra e venda de equipamentos, conjunto de máquinas e produtos, objetivando-se apenas em ganhar em competitividade e preço. Por outro lado, na cooperativa de produção, Singer (2002) destaca que os produtores trabalham em grupo de pessoas organizadas, produzindo e consumindo produtos e serviços a partir de dentro da própria cooperativa.

De forma geral, segundo de Helnon de Oliveira Crúzio, o cooperativismo perpassa por toda a história do Brasil desde os anos de 1840 marcando presença em quase todos os cantos do país, operando em várias frentes produtivas: café, algodão, leite, trigo, soja, vinho, etc. Além de cooperativas de compra e venda, de consumo e de crédito, conta, inclusive, com a participação de organizações governamentais.

Na região de imigração europeia não lusa, houve várias experiências de associação econômica, algumas inspiradas no modelo de 'falanstérios' de Charles Fourier, nos anos 40 e 80 do século XIX. Outras associações foram instruídas já nos modelos de cooperativas [...] Mas é a partir da proclamação da república, em 15 de novembro de 1889, que o ambiente à formação de cooperativas é favorecido. Portanto, as primeiras cooperativas no Brasil, baseadas no modelo Rochdaleano, foram implantadas a partir de 1891 em Limeira, São Paulo; em 1892, no Rio Grande do Sul; em 1894, no Rio de Janeiro; em 1895, em Camaragibe, Pernambuco; e em 1897, em Campinas, São Paulo. A única do setor primário era a 'Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli Industriali', no Estado do Rio Grande do Sul. As demais eram cooperativas de consumo. A do setor primário foi fundada por imigrantes italianos, enquanto as de consumo pela iniciativa de setores da classe média urbana, de funcionários de Órgãos públicos, e de funcionários de empresas privadas (CRÚZIO, 1994 p. 40-41).

Vale destacar que é necessário para Singer (2002), que o modo de gestão seja autogestionário, isto é, haja a participação de todos os membros nas decisões das operações da cooperativa, onde cada sócio corresponde a um voto na assembléia, independente da quantidade de cotas de capital que este possua, lembrando sempre que nem toda cooperativa é uma espécie de economia solidária e que toda economia solidária é uma cooperativa. Por exemplo, a Coopernatural (Cooperativa Vida Natural) nascida em agosto de 2001, a partir do desejo de onze produtores rurais orgânicos de pequeno porte da Serra Gaúcha, de construir uma organização que viesse a colaborar na promoção da agricultura familiar e ecológica. Essa cooperativa veio para promover e fomentar uma agricultura sustentável tanto do ponto de vista ecológico como sócio-econômico, procurando fixar o homem no campo através de uma remuneração justa e digna pelo seu trabalho. Ao mesmo tempo em que vai preservando o meio ambiente para as futuras gerações, leva saúde para as pessoas que se alimentam desses produtos orgânicos, como geleias, frutas, chás e verduras. Em suma, uma associação para promover a qualidade de VIDA que atualmente conta com vinte e sete sócios. Visto isso, com base no assunto, a seguir será abordado o tema de agricultura familiar.

2.3 COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR

A definição de agricultura familiar assume grande importância na atualidade. Para defini-la, deve-se observar alguns requisitos básicos envolvidos na caracterização. Do ponto de vista das empresas, geralmente é definida como aquela empresa que se identifica com uma família a pelo menos duas gerações e quando essa ligação resulta numa influência recíproca (DONNELLEY *apud* LODI, 1993, S/N).

A agricultura familiar pode ser entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família, produção e trabalho têm consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

Quando se fala especificamente de propriedades rurais, esse conceito deve ser ampliado. “O Manual de Crédito Rural” (1997) descreve a agricultura familiar para fins de financiamento no Programa Nacional para Agricultura Familiar – PRONAF como segue:

- a) a renda familiar bruta prevista não pode ultrapassar a R\$ 27.500,00, com rebate de 50% para atividades de avicultura, piscicultura, suinocultura e sericicultura. Essa renda deverá ser de 80% proveniente da exploração agrícola;
- b) a propriedade não pode ter mais do que quatro módulos fiscais; e
- c) a propriedade deve manter, no máximo, dois empregados permanentes, sendo admitida ainda, como recurso eventual, a ajuda de terceiros quando a natureza sazonal da atividade exigir.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (1996) definem a agricultura familiar com base em três características: gerência da propriedade rural é feita pela família, trabalho desempenhado na sua maior parte pela família, sendo os fatores de produção pertencem a essa família, e empreendimentos passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

O agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo a família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento (INCRA, 1996, S/P).

Já a lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, conforme Oliveira e Borges (1996), concede a seguinte definição de propriedade familiar:

[..] é o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhando com ajuda de terceiros. (OLIVEIRA E BORGES, 1996).

No mesmo contexto, no Estatuto da Terra, a propriedade familiar fica pobremente definida, pois apresenta um marco pontual para fins de classificação dos imóveis rurais. A FAO e o INCRA (1996) delimitam o universo da agricultura com base em quatro fatores:

- a) direção dos trabalhos exercitada pelo produtor;
- b) não realizada despesas com serviços de empreitada;
- c) sem empregados permanentes e com número médio de empregados temporários menor ou igual a quatro ou com um empregado permanente e número médio de empregados temporários menor ou igual a três; e
- d) com área total menor ou igual a quinhentos hectares para as regiões Sudeste e Sul e mil hectares para as demais regiões.

A agricultura familiar deve ser muito analisada, devido à posição da produção familiar no contexto agrícola, como pela falta de dados e informações dos censos agropecuários. Lima (1995) descreve as unidades de produção familiares como unidades essencialmente distintas da empresa capitalista típica. A partir de uma base material e social específica e da forma como se inserem no meio físico e socioeconômico, buscam se reproduzir social e economicamente, organizando e realizando a produção basicamente através da forma de trabalho familiar.

Para definir agricultura familiar, além dos requisitos de gerência produtiva pela família, renda agrícola proveniente no mínimo de 80% da atividade agrícola, contratação de trabalho assalariado permanente limitado a um empregado, ou trabalho temporário limitado a quatro empregados, deve-se observar a sua extensão territorial. Segundo o IBGE (1998), para o Brasil e para o Rio Grande do Sul não se justificaria ter área maior que 100 hectares, já que, dos 482.3808 estabelecimentos do país, 428.5281 têm mais de 100 hectares (88,84%) e, dos 429.958 estabelecimentos do estado, 395.584 tem menos de 100 hectares (92,00%). Outro fato é a definição de propriedade familiar e o de a família morar na comunidade rural, participando de suas atividades socioeconômicas.

Veiga (1991) quando analisa a agricultura numa perspectiva histórica, destaca que a forma predominante de agricultura em todos os países capitalistas desenvolvidos é a agricultura familiar. Visto que no âmbito de agricultura familiar deve-se destacar o cooperativismo solidário que sempre existiu na história da humanidade, uma prática que ocorre nas mais diversas sociedades, sejam elas primitivas ou modernas. Essa experiência de cooperação em todas as culturas e em todas as épocas atua como um sistema, ou uma forma do “agricultor” adquirir vantagens, tanto na comercialização dos seus produtos, como na inserção do agricultor no mercado de trabalho, influenciando de forma direta na sua renda. Cada unidade familiar precisa de outra para constituir um todo, podendo assim competir com grandes empresas.

A arte de cooperação é construída em razão dos desejos e necessidades comuns dos seres humanos. É importante acreditar na potencialidade do grupo como força transformadora o que permite às pessoas alcançarem um objetivo que dificilmente conseguiriam sozinhas. Com base no exposto anteriormente, e a importante relevância do desenvolvimento e crescimento econômico, que será o próximo tema a ser abordado.

2.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O termo desenvolvimento econômico surgiu a partir do século XX, porém muito antes se falava na ideia por traz do termo. Em XIX o objetivo daqueles que se ocupavam com as finanças públicas, por exemplo, era aumentar o poder econômico e militar do soberano, raramente havia preocupações com a melhoria das condições

do povo, apenas do analfabetismo generalizado, dos surtos de fome e dos altos níveis de mortalidade (SOUZA, 2012).

Já na época mercantilistas, no século XV e o final do século XVIII, a riqueza de uma nação dependia do acúmulo de metais preciosos. Os países que não possuíam metais preciosos em seu território, sugerindo para obter uma balança de comércio favorável receber mais metais com as exportações do que emitir com as importações. Isso iria estimular a indústria, pois seus produtos valiam mais do que os da agricultura e recebiam mais metais preciosos com a venda nos mercados estrangeiros. Preocupavam-se em expandir as exportações que desafogavam os estoques de mercadorias e elevavam o nível de renda e emprego.

Com o mercantilismo, surgiram às escolas fisiocrática e clássicas. Essas preocupavam-se com os problemas de crescimento e distribuição. Os fisiocratas defendiam que o crescimento era gerado na agricultura, por meio da terra, e que o aumento de investimentos na agricultura elevava a produtividade e impulsionava o crescimento do resto da economia. Com a eliminação das restrições às exportações, seriam necessárias aumentar o seu fluxo e manter em elevação os preços dos produtos agrícolas, estimulando o crescimento (SOUZA, 2012).

Smith (2003), com sua visão clássica, diz que o elemento essencial da riqueza de uma nação era o trabalho produtivo, defendendo o liberalismo econômico através da teoria da “mão invisível”, a qual aceita uma intervenção mínima do estado na economia. Defendia que o estado deveria apenas regulamentar a concorrência e manter a educação, a saúde e a segurança, e isto sim aumentaria a riqueza total das nações.

A ideia por trás dessas abordagens era de desenvolvimento como sinônimo de crescimento, não havia distinção em relação a esses termos. Porém, a partir das flutuações econômicas do século XX, com a concentração de renda e riqueza em nível mundial, agravada com o surgimento de alguns poucos países industrializados, tornou-se mais evidente a desigualdade entre nações ricas e pobres e os termos passaram a ser distintos (SOUZA, 2012).

O desenvolvimento econômico se tornou mais visível no final dos anos 1930, com a aplicação da contabilidade nacional originada na teoria keynesiana, que começou a comparar a renda per capita dos países e a classificá-los em ricos e pobres. Outros indicadores passaram a ser usados, fazendo com que os países pobres fossem classificados como subdesenvolvido (SOUZA, 2012).

Assim, para diversos autores, desenvolvimento é apenas um fenômeno de crescimento econômico. Por esta visão, o crescimento econômico é um processo contínuo de progresso científico e sua aplicação à técnica de produção, mediante acumulação de capital. Porém, é possível indagar esta proposição, pois o “progresso da civilização” não foi verificado uniformemente em todas as regiões habitadas do mundo, se concentrou em alguns poucos países (BALDWIN, 1979).

Singer (1977) conceitua crescimento econômico como um aumento contínuo no tempo do Produto Nacional Bruto, e também do produto per capita, em termos reais. Feijó (2007) distingue o crescimento econômico, dizendo que poderá estar acima do crescimento da tecnologia apenas enquanto a economia estiver convergindo para um caminho de crescimento equilibrado. Segundo ele, deve haver as condições necessárias para tal acontecimento, como o progresso tecnológico e alta taxa de investimento em capital humano. Sendo assim, políticas econômicas esclarecidas conduzirão ao crescimento econômico e, com ele, surgirão oportunidades para o desenvolvimento econômico.

Souza (2012) associa crescimento com desenvolvimento, considerando que um país é subdesenvolvido porque “cresce menos” do que os desenvolvidos, embora apresente recursos ociosos, ou seja, não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe e, portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades. A segunda corrente mostra o crescimento econômico como uma variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, instituições e estruturas produtivas.

Assim, desenvolvimento econômico define-se pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar da população, com a preservação do meio ambiente (SOUZA, 2012).

De maneira geral, segundo Souza (2012), uma definição completa de desenvolvimento deve envolver além de indicadores econômicos e sociais, a questão da preservação do meio ambiente. Com o passar do tempo, o crescimento econômico tende a esgotar os recursos produtivos escassos. Como exemplo, o crescimento econômico acelerado pode provocar o desmatamento de florestas. A

atividade agrícola tende a ocupar vastas áreas de terras onde se encontravam florestas. A atividade produtiva pode poluir as fontes de água e o ar, interferindo no clima e no regime de chuvas, etc.

O autor ainda ressalta que, com o desenvolvimento, a economia adquire maior estabilidade e diversificação, o progresso tecnológico e a formação de capital tornam-se progressivamente fatores endógenos, isto é, gerados no interior do país. O desenvolvimento econômico se caracteriza por mudanças de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com melhoria da produtividade e da renda média da população. Portanto, o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, pois a expansão nem sempre favorece a economia como um todo.

O desenvolvimento é um fenômeno de natureza social, marcado pelo debate quanto as suas formas de percepção e de aferimento, capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

Fonseca (2006) ressalta que o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que foi marcado pelo aumento acentuado da riqueza nacional. É um processo relativamente recente, pois coincide com o aparecimento do capitalismo e com o início da Revolução Industrial. Já Baldwin (1979) reforça dizendo que o desenvolvimento econômico tem se tornado o maior problema político e social em âmbito mundial, pois isso se deve as mudanças nas atividades da sociedade, pois os fatos referentes à pobreza têm estado sempre disponíveis para quem desejar verificar.

Delfim Neto (1999) interpreta desenvolvimento como um jogo cooperativo entre três parceiros: os trabalhadores, os empresários e o governo, onde é preciso construir instituições que, sem prejudicar a eficiência, garantam aos trabalhadores uma eficaz realidade participativa. Esses trabalhadores percebem-se como parte integrante e respeitada do processo de crescimento.

Quando fala-se de desenvolvimento não devemos deixar de citar Schumpeter, que fala do desenvolvimento econômico através de inovação. Schumpeter (1985) chama as inovações de novas combinações. O produtor inicia a mudança econômica através de novas combinações e os consumidores são educados por ele, se necessário, ou seja, são ensinados a querer “coisas” novas ou que se diferenciam em um aspecto ou outro daquelas que tinham o costume de utilizar.

Para Schumpeter (1985), o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico é chamado de “empreendimento”. O “empreendimento” é a realização de novas combinações, onde os “empresários” são os indivíduos cujo papel é realizar essas novas combinações. Os “empresários” não são somente os homens de negócios autônomos em uma economia de trocas, mas todos que de fato preenchem a função pela qual é definido o conceito, mesmo que sejam empregados “subordinados” de uma corporação. Como a realização de combinações novas é que constitui o empresário, não é necessário que ele esteja permanentemente ligado a uma empresa individual. A função do empresário é combinar os fatores produtivos, reuni-los e colocá-los em prática.

Na agricultura, a criação de agroindústrias se caracteriza como um “empreendimento”, investimento realizado por “empresários rurais”. Estes vislumbram o novo negócio por meio da geração de renda e emprego na atividade rural. As inovações se realizam através da introdução de uma nova característica em uma matéria-prima, da criação de um novo mercado, da introdução de um novo processo para industrializar o insumo ou através do estabelecimento de uma nova indústria, a indústria de transformação.

Nesse contexto, não se pode deixar de conceituar o termo desenvolvimento local que, de acordo com Buarque é um “processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais” (BUARQUE, 2008, p. 25).

O autor ainda destaca que o desenvolvimento econômico local ocorre devido à transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas. Também ocorre através de inovações, o que determina uma elevação do bem-estar da população. O desenvolvimento econômico local não é simplesmente o reflexo de um processo de desenvolvimento nacional em uma dada localidade. O que caracteriza o processo de desenvolvimento econômico local é o protagonismo dos atores locais na formulação de estratégias, na tomada de decisões econômicas e na sua implementação.

O desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para aumentar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local. Também, deve garantir a conservação dos recursos naturais locais. O desenvolvimento local é decorrência de múltiplas ações convergentes e complementares, capazes de quebrar a dependência e a inércia do

subdesenvolvimento e do retardamento em localidades periféricas e de gerar uma transformação social na região (BUARQUE, 2008).

O desenvolvimento local não é um receituário de medidas completas, nem padronizadas, para serem aplicadas em qualquer lugar. Entretanto é uma estratégia de ação coerente com os princípios e os pressupostos ecológicos e humanistas (MARTINS, 2002).

Sendo assim, as cooperativas são constituições empresariais coletivas e solidárias, a cooperação entre elas deve respeitar os princípios que norteiam o cooperativismo. Presenciam-se muitas cooperativas, assim com muitas pequenas empresas, quebrarem nos primeiros anos por diversos fatores, como a deficiência de informações e de gerência, insuficiência de força para ganhar mercado e até falta de recursos para alavancar o negócio. A gestão do negócio nem sempre se aprende na sala de aula, e sim na prática e na troca de experiência entre os empreendedores.

Para isso, a formação de redes de cooperativas é importante, pois proporciona um meio de troca de informações e articulação de negócios entre os empreendimentos. Tornar mais acessível fomentar estratégias e evitar o desaparecimento de empreendimentos que sozinhos não conseguem sobreviver.

Ao mesmo tempo em que muitos defendem que os empreendimentos devem traçar suas estratégias somente para a obtenção do lucro, outros colocam em prática que o desenvolvimento local também é de responsabilidade. Além disso, o desenvolvimento do empreendedorismo ganha grandes proporções num ambiente de articulação onde se objetiva o desenvolvimento local. Este assunto será desenvolvido com mais profundidade no capítulo a seguir, a fim de buscar respostas em relação às estratégias da COOPERAGRO Familiar e como suas ações interferem no desenvolvimento local.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho desenvolveu-se através do método de abordagem dedutivo, buscando-se através do estudo da teoria já constituída sobre o assunto explicar e analisar o caso particular da associação COOPERAGRO Familiar situada na cidade de Horizontina, RS. Destaca-se que método dedutivo é aquele “[...] que, partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente)” (LAKATOS, MARCONI, 1991, p. 106).

Do ponto de vista do objetivo geral da pesquisa, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória se destaca por propiciar a familiaridade do pesquisador com o problema e aprimorar ideias e descobertas. As pesquisas desta natureza possuem caráter de pesquisa aplicada, cujas informações acerca do assunto em questão poderão ser utilizadas em estudos posteriores. Este estudo contribuirá para levantar informações gerais sobre economia solidária e cooperativismo.

Trata-se também de uma pesquisa descritiva, pois esta, segundo Vergara (2004), expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal. No caso em questão, será apresentada as características sociais e econômicas da população alvo da pesquisa: associação COOPERAGRO Familiar situada na cidade de Horizontina, RS.

Sendo assim, para realizar o estudo sobre cooperativismo e economia solidária, a técnica de pesquisa utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Segundo Vergara (2008), “Metodologia Bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. Assim, buscou-se dados e informações para o entendimento dos pontos essenciais ao estudo de caso posterior. O tema central foi investigado, tornando-se possível ter uma visão mais precisa do que já existe na literatura, de forma a dar suporte às análises proposta – se a associação em estudo é de fato uma economia solidária, contribuindo ao desenvolvimento local.

Para contemplar o segundo e terceiro objetivos específicos, o método utilizado foi o estudo de caso. Segundo Gil (1999), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir

conhecimentos amplos e detalhados do mesmo. A técnica utilizada foi a documentação indireta, através da investigação documental. Essa, segundo Vergara (2004), é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas, podendo ser: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, fotografias. Foi realizada uma análise do projeto, de contratos existentes, normas, atas, dentre outros documentos da COOPERAGRO.

Também, foi adotada a técnica de documentação direta, através de entrevistas, com uso de questionário semi-estruturado aplicado pelo pesquisador. Para tanto, foram entrevistados tanto o representante legal da associação, como seus associados. O uso deste tipo de pesquisa foi essencial para o levantamento de dados e informações. Inicialmente, a pesquisa seria aplicada sobre uma amostra censitária – realizada com 100% dos associados – sobre o total dos associados. Porém, em virtude de que somente alguns membros associados efetivamente entregam seus produtos à cooperativa, verificou-se que dos 90 (noventa) associados, 73 (setenta e três) encontravam-se inoperantes, ou seja, apenas 17 (dezessete) estão em atividade. Portanto, para que a pesquisa fosse concretizada, considerou-se como população os associados na ativa, ou seja, que entregam seus produtos para a comercialização. Sendo assim, a amostra, censitária, foi de dezessete associados. Dentre as variáveis que foram contempladas, destacou-se o nível de renda e remuneração dos associados, a escolaridade dos membros, o planejamento para os anos seguintes, os programas de capacitação e o rendimento da cooperativa, dentre outras.

Para cumprir o quarto e último objetivo, com base nos dados e informações obtidas com o estudo de caso, foi realizada uma análise quantitativa e qualitativa. Através dessas análises, foi possível afirmar se a associação de agricultores COOPERAGRO familiar é fonte potencial de geração de trabalho e renda para os agricultores de Horizontina. A partir daí, o objetivo geral também foi contemplado, tornando assim o entendimento mais claro acerca do fato de a COOPERAGRO ser ou não exemplo de uma economia solidária.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Considerando desenvolvimento um indicativo de melhorias na qualidade de vida da população e tendo a COOPERAGRO Familiar como propulsora do desenvolvimento econômico local, a seguir foram apresentadas informações relativas a mesma e a sua importância para a sociedade local, em especial para os agricultores. Logo, os dados relativos à pesquisa aplicada na cooperativa do município e junto aos associados considerados relevantes para o estudo foram compilados em figuras e gráficos. A compilação dos dados permite uma melhor compreensão e análise, procurando responder ao problema de pesquisa levantado e trazer contribuições ao desenvolvimento do município estudado.

4.1 A COOPERAGRO FAMILIAR DE HORIZONTINA

A COOPERAGRO Familiar, fundada com base no Estatuto Social (JARDIM, 2012) aprovada em Assembleia de Constituição realizada na Câmara de vereadores de Horizontina, surgiu no dia 28 de março de 2012 e esta situada na cidade de Horizontina, RS, sendo composta por agricultores do município onde seu intuito é receber, classificar, padronizar, beneficiar, industrializar e comercializar a produção de hortigranjeiros oriundos de produção orgânica ou convencional, além de transportar ou fazer transportar do local de produção até a cooperativa. Buscando sempre aprimorar seus produtos, a cooperativa presta serviços de assistência e orientação tecnológica diretamente à produção dos associados, contando com a colaboração dos órgãos públicos atuantes no setor e promovendo parcerias com outras cooperativas, além de adquirir e repassar aos cooperados bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Na cooperativa, pode ingressar qualquer pessoa que se dedique a atividade por conta própria dentro da área de ação da sociedade, que possa livremente dispor de si e de seus bens, que concorde com as disposições do Estatuto da cooperativa, e que não pratique outra atividade que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da entidade. Após o associado encaminhar a proposta de admissão ao Conselho de Administração e a mesma for aprovada, o associado receberá um número de matrícula com o qual exercerá seus direitos e cumprirá seus deveres e obrigações junto à cooperativa.

De acordo com o atual estatuto (JARDIM, 2012), o associado tem direito a:

- a) tomar parte nas assembleias gerais, discutindo e votando os assuntos que nela se tratarem, ressalvados os casos presentes no art.29 do referido Estatuto;
- b) propor ao Conselho de Administração ou as Assembleias Gerais medidas de interesse da cooperativa;
- c) votar e ser votado para membro do Conselho de Administração ou Fiscal da cooperativa ou de outros órgãos da mesma, salvo se estiver estabelecido relação empregatícia com a cooperativa, caso em que só readquirirá tais direitos após a aprovação, pela Assembleia Geral, das contas do exercício em que tenha deixado o emprego;
- d) demitir-se da cooperativa quando lhe convier;
- e) realizar com a cooperativa as operações que constituem seu objetivo;
- f) solicitar quaisquer informações sobre os negócios da cooperativa e, no mês que anteceder a realização da Assembleia Geral Ordinária, consultar, na sede da sociedade, os livros e peças do balanço geral e outros documentos que julgar necessários; e
- g) frequentar, com aproveitamento, cursos sugeridos e promovidos que serão ministrados pela cooperativa ou outra entidade.

Segundo o Estatuto Social da COOPERAGRO (JARDIM, 2012), o associado tem o dever e a obrigação de:

- a) comercializar seus produtos agroindustriais através da cooperativa;
- b) cumprir os direitos enumerados acima;
- c) satisfazer, pontualmente, os compromissos assumidos com a cooperativa;
- d) contribuir com as taxas que lhe caibam;
- e) prestar esclarecimentos a cooperativa sobre atividades relacionadas com o objetivo social; e
- f) acusar o seu impedimento nas deliberações sobre qualquer operação em que tenha interesse oposto ao da cooperativa.

O não cumprimento destes deveres e obrigações implica na perda automática de todos os direitos de associado, acarretando assim sua eliminação. O associado responde pelos compromissos da cooperativa, e em caso de falecimento, os direitos e deveres passam para os herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano do dia da abertura da sucessão. Os herdeiros do associado falecido têm o direito do capital

realizado e demais créditos pertencentes, assegurando-se o direito de ingresso na cooperativa desde que preencham as condições estabelecidas no estatuto.

Todo o capital da cooperativa é dividido em quotas-partes, ilimitado quanto ao máximo e variável de acordo com o número de quotas-partes subscritas, mas não poderá ser inferior a R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais). O valor da quota-parte é de R\$ 1,00 (um real), e é indivisível ou intransferível a não associados, não podendo ser negociada de modo algum nem dada em garantia. A transferência de quotas-partes a associados somente poderá ser efetivada com a anuência do Conselho de Administração, respeitando o limite previsto e cedente pelo cessionário e pelo presidente da cooperativa. A cada final de exercício, havendo sobra suficiente, o associado terá direito ao juro de 6% (seis por cento) sobre o capital integralizado e capitalizado.

Já na área administrativa da cooperativa, existe o Conselho Fiscal, constituído por três membros efetivos e três suplentes, todos associados e produtores eleitos anualmente pela Assembléia Geral, sendo permitida a reeleição de apenas um terço dos seus componentes. O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que necessário com a participação de três dos seus membros. As reuniões poderão ser convocadas por qualquer dos seus membros, por solicitação do Conselho de Administração ou da Assembléia Geral. No caso de ausência do Coordenador, será escolhido um substituto na ocasião para dirigir os trabalhos. As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos de cada reunião pelos três fiscais presentes. Portanto, cabe ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, as atividades e os serviços da Cooperativa, examinando livros, contas e documentos.

Por fim, a apuração dos resultados do exercício social e o levantamento do balanço geral são realizados no dia 31 de dezembro de cada ano. Esses resultados são apurados segundo a natureza das operações ou serviços e pelo confronto das respectivas receitas com as despesas diretas ou indiretas. As despesas administrativas serão rateadas na proporção das operações, sendo os respectivos montantes computados nas apurações. Caso o resultado apurado por setor de atividade for positivo, serão distribuídos da seguinte forma:

- a) dez por cento ao Fundo de Reservas;
- b) cinco por cento ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; e
- c) o restante à disposição da Assembleia Geral.

Caso o resultado for negativo, serão rateados os custos entre os associados na proporção das operações realizadas com a Cooperativa, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-los. O Fundo de Reserva destina-se a reparar as perdas do exercício e atender ao desenvolvimento das atividades, revertendo em seu favor. Já o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES destina-se a prestação de serviços aos associados da própria Cooperativa, podendo ser prestados mediante convênio com entidades especializadas oficiais ou não particulares. A Assembléia Geral poderá criar outros Fundos, permanentes, temporários ou rotativos, destinando-lhes percentuais e outras receitas com finalidades específicas.

Tendo como base as entrevistas realizadas com o presidente da cooperativa, Fábio Luis Rosch, o qual desenvolve a função de maior responsabilidade, todas as decisões da cooperativa são realizadas por ele e todas as suas consequências são sofridas por todos os membros. Ele é o responsável por fazer a cooperativa funcionar e pelas estratégias que irá assumir como forma de dar prosseguimento ao trabalho ou mudança de direção. Além de ser o responsável por administrar os recursos disponíveis, os cargos e os associados, dá suporte ao financeiro, por mais que essa função seja desenvolvida pelo setor da contabilidade e assessoria jurídica, o qual hoje é desempenhado por Lorines Casagrande, responsável pelo controle do movimento financeiro no que se refere à apuração de impostos e de taxas referentes à prestação de serviços e produtos. O trabalho em si consiste na descrição contábil, no registro de entradas e saídas, no controle de toda movimentação de dinheiro e nos pagamentos das respectivas contas mensais.

Hoje, a cooperativa também conta com um secretário e técnico agrícola, Dari Edison Conti, que dá suporte às tomadas de decisões ao presidente na função de secretário, além de transcrever a Ata das reuniões ministradas pelo presidente aos associados e comunidade. Como técnico agrícola, presta assistência às propriedades rurais, buscando orientar e ajudar o agricultor. Em paralelo, a cooperativa possui o Conselho Fiscal, composto por Lauri Schuster, Luciano Hickmann e Ari Alipio Arend, desenvolvendo a função de fiscalização da

administração, das atividades e das operações da cooperativa, examinando livros, atas e documentos entre outras atribuições.

Além dos cargos citados acima, a cooperativa possui como colaboradora Tábata Agnes, que desenvolve as funções de recebimento dos produtos dos associados e de venda à comunidade. Geralmente, a mesma faz o recebimento do produto, pesa-o e lança a nota de entrada. Assim que tiver a venda efetuada, lança a nota de saída para que sempre o estoque esteja contabilizado correto. Além disso, também é responsável pelo atendimento da comunidade que vem comprar os produtos e da limpeza e organização das prateleiras, freezer e geladeira.

Em relação aos associados, hoje a cooperativa conta com 90 (noventa) membros. Porém em atividade juntamente à cooperativa, cerca de 20 (vinte) associados. Os produtos entregues estão divididos entre aqueles destinados à venda na COOPERATIVA e aqueles entregues como merenda escolar. No momento que o agricultor entrega seu produto, o mesmo é pesado, lavado e embalado de acordo com os padrões de comercialização. Após a venda, é realizado o pagamento correspondente aos associados através do bloco de produtor.

Para se tornar um membro e se associar à cooperativa, é necessário pagar uma taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta), a popular cota capital. Após associarem-se, as atividades desenvolvidas por cada membro está dividida em: participações em reuniões e assembleias, fornecimento de produtos para merenda escolar, e fornecimento de produtos para a comercialização na cooperativa. Os produtos são os mesmos, porém a forma de pagamento é diferente sendo de acordo com a atividade envolvida. Em relação aos produtos entregues para a merenda escolar, o pagamento é através da verba liberada pelo governo ao órgão municipal, sendo que uma parte é repassada ao agricultor e uma outra, que varia de 10% a 20%, à cooperativa para suprir custos de frete e embalagens do produto. Já os produtos de comercialização na cooperativa, o pagamento do agricultor ocorre no momento da venda do mesmo. Por exemplo, se um agricultor entrega dez pés de alface por dia e for vendido cinco, ele receberá pelos cinco vendidos e os cinco que sobraram deverá trocar por cinco pés de alface “novos”, resultando em quinze pés de alface entregues à Cooperativa, dez que é entregue diariamente e mais às trocas.

Apesar de enfrentar alguns problemas e não possuir um capital de giro alto e uma grande gama de produtos, a cooperativa conta com o auxílio do município e de recursos públicos para o pagamento de contas mensais. Através desses recursos e

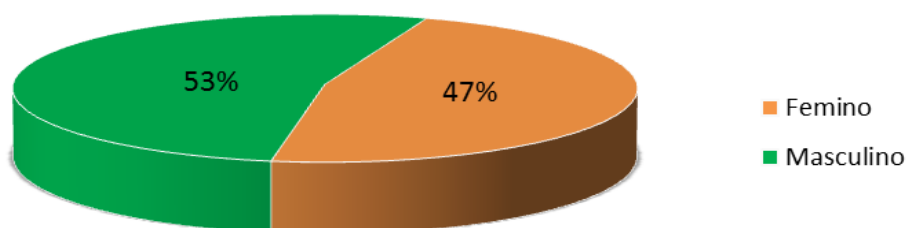
de licitações conseguiram a compra de um caminhão, uma caminhonete, alguns freezers, uma geladeira, uma empacotadora de produtos e gandulas para colocar os produtos para venda.

A seguir apresentam-se os dados relativos à pesquisa aplicada sobre os membros associados da COOPERAGRO Familiar do município considerados relevantes. A compilação dos dados trará uma melhor compreensão e análise, procurando responder ao problema da pesquisa levantado e trazer assim contribuições.

4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS ASSOCIADOS À COOPERATIVA FAMILIAR

Tendo como base as entrevistas realizadas com os associados em atividade, todos membros fundadores da COOPERAGRO, verificou-se que 53% dos entrevistados eram do gênero masculino e 47% do gênero feminino, conforme mostra a figura 1.

Figura 1 – Percentual de gênero dos associados da COOPERAGRO em 2015



Fonte: Autora.

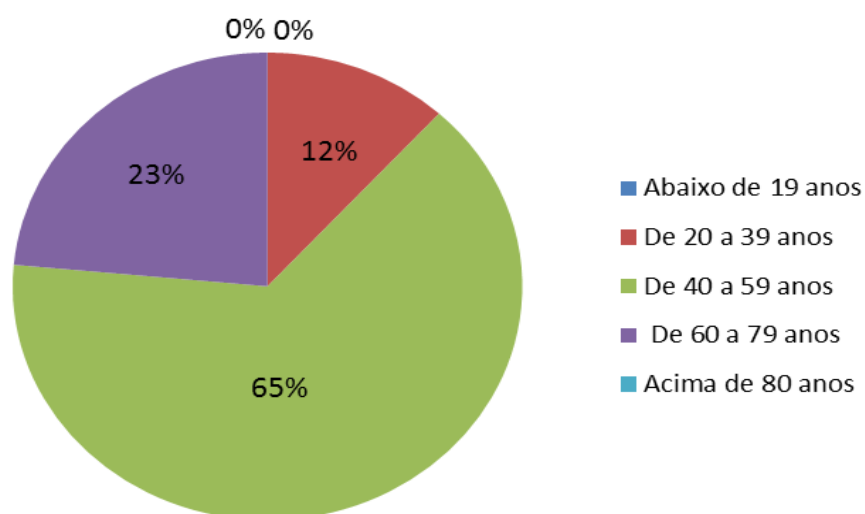
Com isso, constata-se que apesar do gênero masculino estar mais presente do que o feminino, a presença do casal na propriedade é visível, presença que auxilia o desenvolvimento da propriedade e o melhoramento das atividades, sendo uma das características da agricultura familiar aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva

associar família, produção e trabalho têm consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

Como a maioria das propriedades é composta por casais e, com base nos dados apresentados na figura 2, pode-se observar que 65% das pessoas que desenvolvem suas atividades pertencem à faixa etária de 40 (quarenta) à 59 (cinquenta e nove) anos de idade, seguidos da faixa etária de 60 (sessenta) à 79 (setenta e nove) anos (23%), e dos vinte aos trinta e nove anos (12%). Ao analisar as faixas etárias levantadas, constata-se a não existência de um grupo de jovens considerável no meio rural ou nas propriedades, podendo a evasão de jovens se tornar um problema à continuidade dessas atividades.

Seguindo essa linha de análise, para entender melhor algumas questões, a figura 3 apresenta o grau de instrução dos associados.

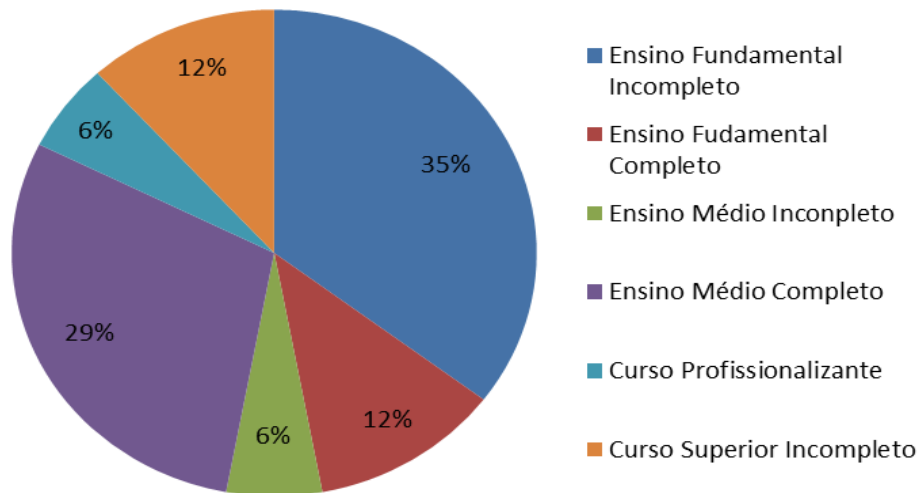
Figura 2 - Faixa etária dos associados da cooperativa em 2015



Fonte: Autora.

O maior grau de instrução dos associados é Ensino Fundamental Incompleto, que apresenta 35%, seguido por 29% que possuem Ensino Médio Completo, 12% Ensino Fundamental Completo e Superior Incompleto e 6% Ensino Médio Completo e Cursos Profissionalizantes. Com base nesses dados, pode-se observar que existem muitos déficits que precisam ser corrigidos e melhorados, começando pelo incentivo e qualificação dos associados e, até mesmo, maiores parcerias com outras cooperativas para troca de experiência.

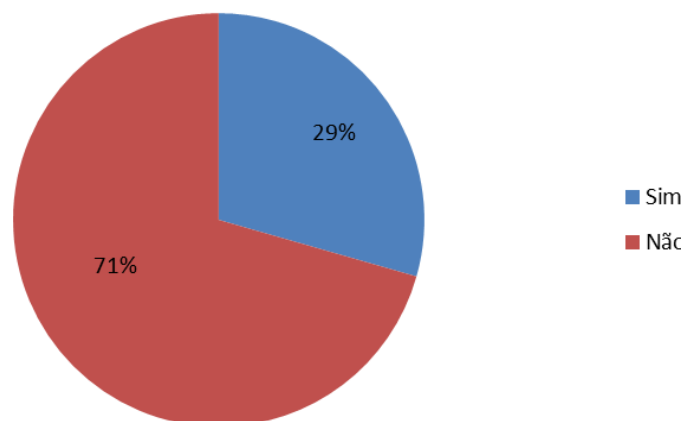
Figura 3 - Nível de instrução dos associados da COPERAGRO em 2015



Fonte: Autora.

Tendo em vista que 75% dos associados na sua vida não realizou qualquer outra atividade a não ser a vinculada à agricultura, e que apenas 29% buscaram outras atividades que não a agrícola antes de se inteirar unicamente à lavoura, como nos mostra a figura 4, percebe-se que, para muitos, a opção mais viável foi ter a agricultura como fonte de renda e de emprego.

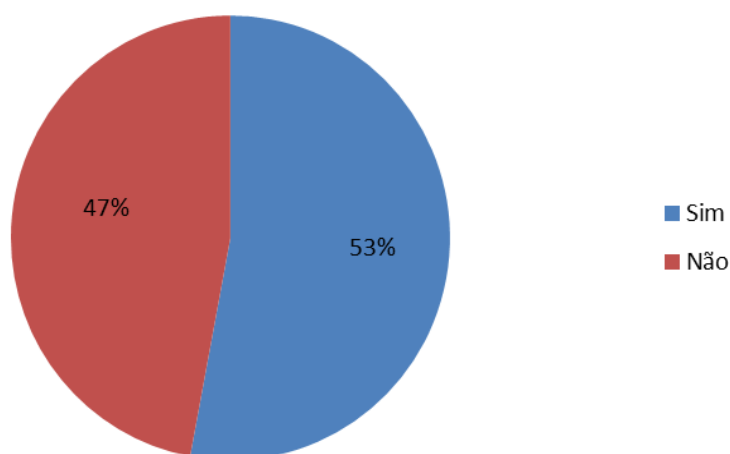
Figura 4 – Percentual de associados que realizou atividades fora da agricultura



Fonte: Autora.

Porém, a busca de auxílio e melhoramento na renda também se dá através da associação em outras cooperativas. A figura 5 mostra que 53% pertencem a outra cooperativa e 47% não.

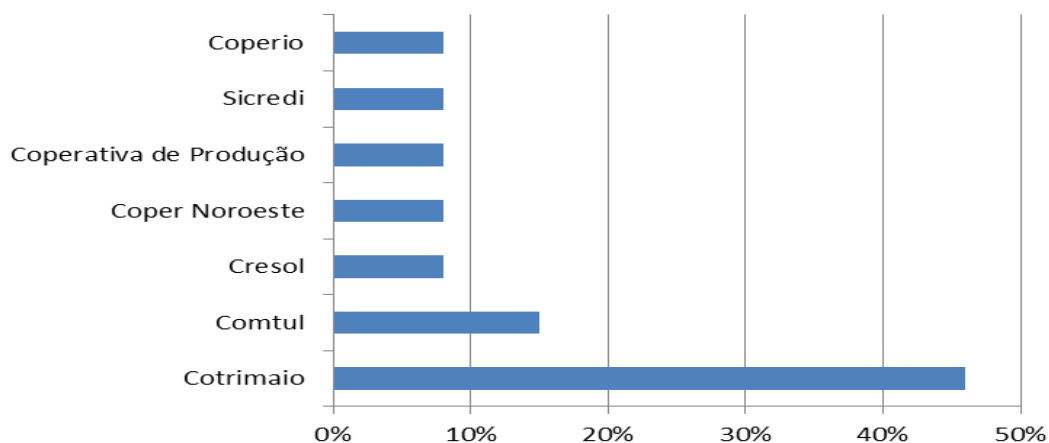
Figura 5 – Percentual de associados que pertencem à outra cooperativa



Fonte: Autora.

Observando que muitos agricultores buscam novas parcerias com outras cooperativas, ocorreu o interesse de conhecer as mais procuradas. A figura 6 mostra que a cooperativa que apresentou maior porcentagem de membros foi a Cotrimaio, com 46%, seguido da Comtul com 15%, e, por último da, Cresol, CoperNoroeste, Cooperativa de Produção, Sicredi e Coperio, apresentando 8% cada uma. Com isso, percebe-se que os agricultores não dependem apenas da renda da COOPERAGRO, e sim buscam outras fontes, pois a maioria das outras cooperativas nas quais são membros, trabalham apenas com o recebimento de grãos e não com a comercialização de alimentos para a venda direta.

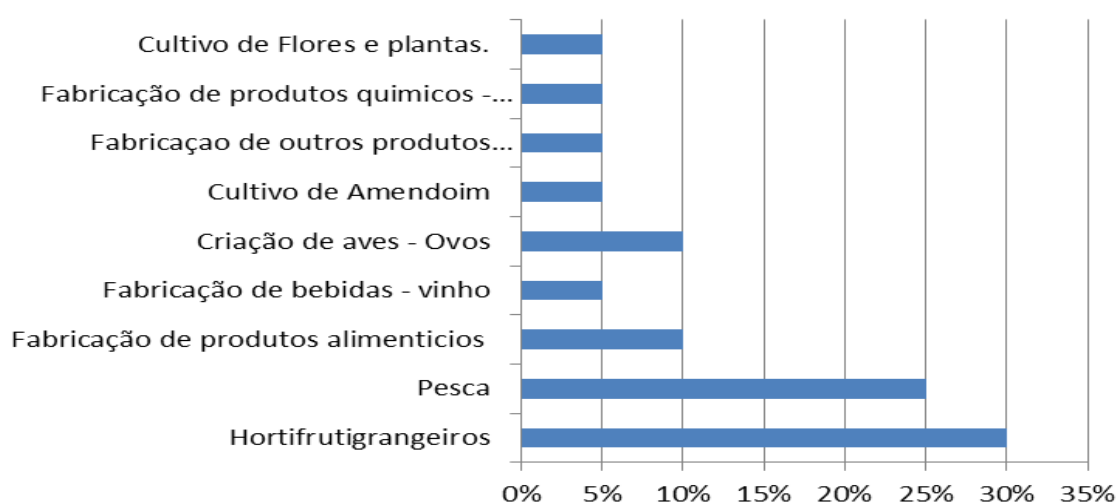
Figura 6 – Percentual de associados que pertencem a outra cooperativa por nome da cooperativa.



Fonte: Autora

Já em relação ao tipo de produto comercializado através da Cooperativa foi possível verificar que 30% dos agricultores comercializam Hortifrutigrangeiros, como hortaliças, frutas e legumes; 25% trabalham com a pesca, no caso com a comercialização de diversos peixes; 10% trabalham com produtos alimentícios e com a criação de aves – ovos; e 5% com o cultivo de amendoim; fabricação de outros produtos alimentícios – vinagre; fabricação de produtos químicos - sabão de álcool; cultivo de flores e plantas, e fabricação de bebidas – vinho. Baseado nessas informações, uma forma de alternativa de aumento dos lucros aos agricultores e à cooperativa seria a rotação de culturas, onde poderiam utilizar o conhecimento dos agricultores associados, junto com a experiência do técnico agrícola. Além disso, cursos nesta linha poderiam ser oferecidos aos associados.

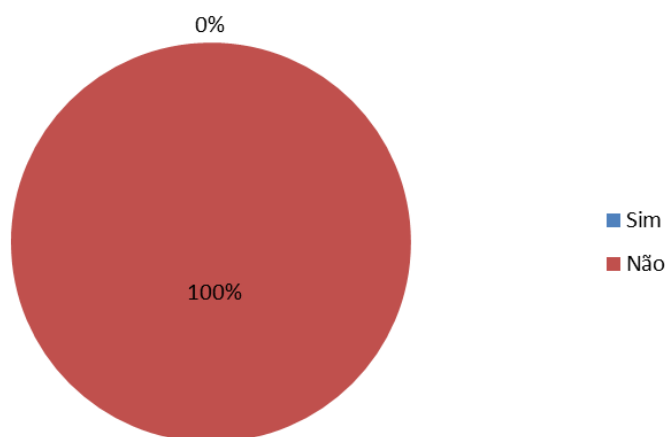
Figura 7 – Porcentagem de produtos comercializados pelos agricultores através da cooperativa em 2015.



Fonte: Autora

Baseado nesta análise, procurou-se investigar a porcentagem de agricultores ativos (que entregam as mercadorias para comercialização na COOPERAGRO) que dependem exclusivamente da renda deste ativo. Como mostra a figura 7, 100% dos associados ativos possuem outra fonte de renda, ou seja, não tem a possibilidade de manter-se apenas com a renda da COOPERAGRO. Portanto, buscou-se entender quais as melhores alternativas de renda.

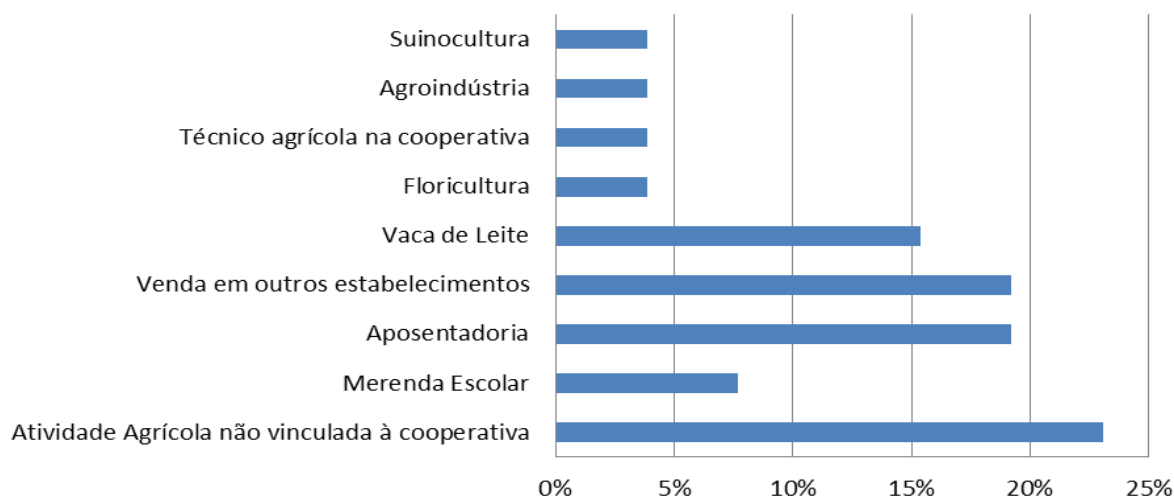
Figura 8 - Percentual de associados que dependem apenas da renda vinda da COOPERAGRO



Fonte: Autor

As alternativas mais procuradas pelos agricultores, como mostra figura 9, são: 23 % em atividade agrícola não vinculada à cooperativa, como a plantação de milho, soja, aveia, trigo e grãos no geral; 19% através da aposentadoria; 19% com a venda em outros estabelecimentos como mercados, fruteiras e outras cooperativas; 15% com a produção de vacas leiteiras; 8% em merenda escolar que é entregue para as escolas do município; e 4% nas seguintes atividades: floricultura, que pertence a uma das associadas; técnico agrícola da cooperativa; agroindústria; e atividades de suinocultura.

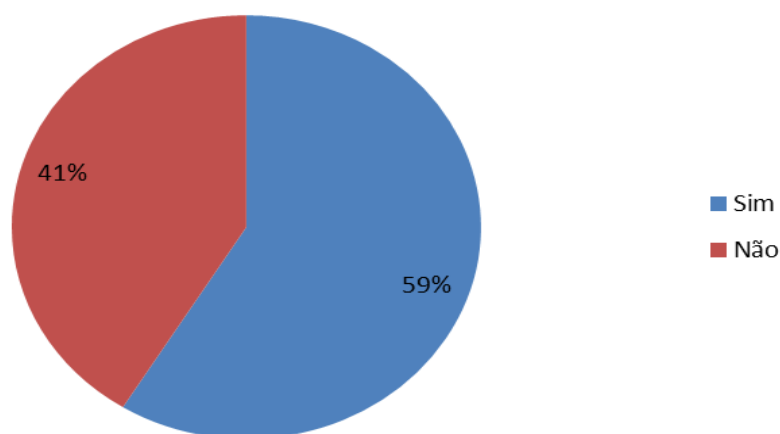
Figura 9 – Atividade de origem de outra fonte de renda para os associados em 2015



Fonte: Autora.

Apesar de muitos agricultores buscarem outras fontes de renda para contribuir no orçamento, a figura 10 mostra que 59% dos membros relata que sua renda melhorou após associar-se à COOPERAGRO e 41% expôs não ter alterado o fato de ser um associado. Baseado nesses dados, pode-se perceber que para atingir 100% de aprovação a cooperativa precisa investir no agricultor, através da oferta de cursos de capacitação, conforme será explanado no proximo gráfico, de melhoramento na comercialização dos produtos como forma de aumento de renda recebida pelos associados, dentre outras iniciativas.

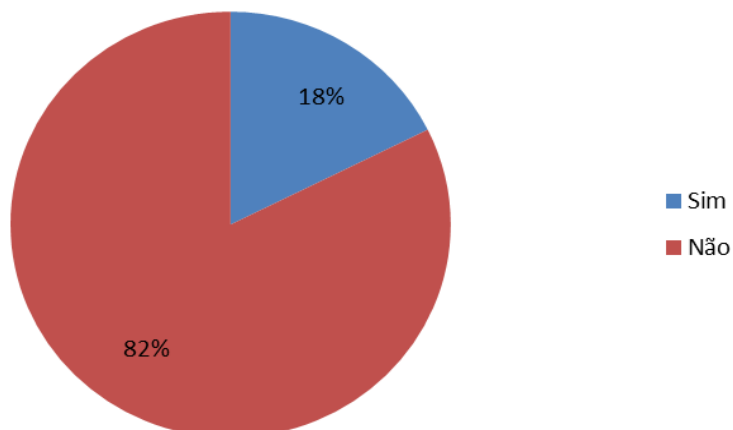
Figura 10 – Porcentagem de associados cuja renda melhorou quando entrou para a cooperativa.



Fonte: Autora.

Embora a maioria dos associados relata que a renda que recebe da COOPERAGRO familiar contempla seu orçamento e contribui nas despesas, muitos demonstraram carência principalmente em relação a programas de capacitação. Conforme figura 11, 82% relatam que não houve ou não recebeu qualquer programa de capacitação, enquanto isso 18% relatam que sim. Um dos principais motivos é a falta de verba da cooperativa para promover tais cursos, bem como o não interesse pela busca de cursos e qualificação por parte dos associados, cursos que muitas vezes poderiam ser supridos por palestras com pessoas graduadas do próprio município ou até mesmo pelo técnico contratado pela COOPERAGRO.

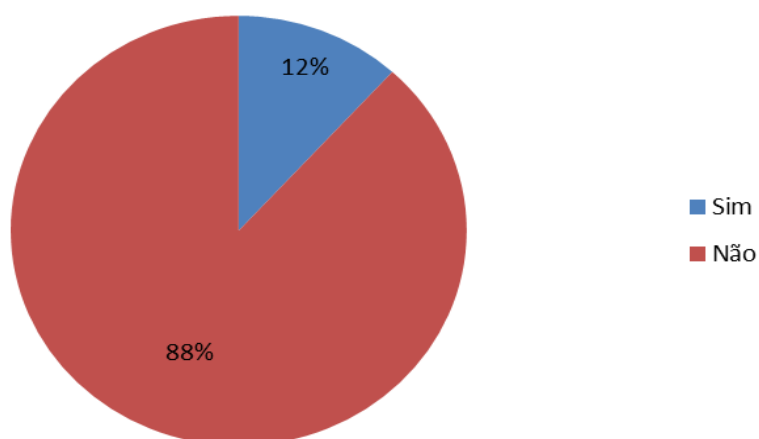
Figura 11 – Porcentagem de respostas quanto à oferta ou não de programa de capacitação pela COOPERAGRO em 2015.



Fonte: Autora.

Baseado nas informações sobre programas de capacitação, buscou-se junto aos agricultores associados referências sobre a assistência técnica que a COOPERAGRO oferece e 88% dos sócios relataram não receber amparo experiente do profissional disponível e 12% mencionaram que recebe essa assistência. Um ponto de melhoria que pode ser implementado é a utilização do técnico contratado pela cooperativa de forma mais efetiva.

Figura 12 – Percentual de associados que recebe ou recebeu assistência técnica da COOPERAGRO.

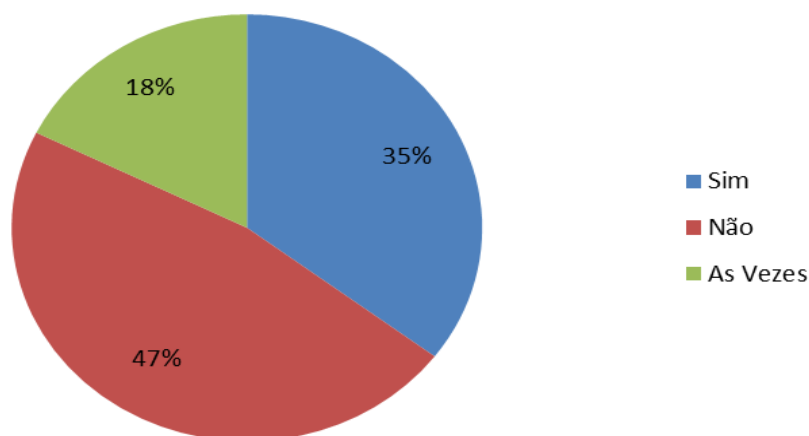


Fonte: Autora.

Observa-se, portanto, que existem muitos pontos a melhorar, tanto em relação às assistências técnicas, quanto a reuniões periódicas. Segundo as entrevistas

realizadas 47% dos associados não tinham o conhecimento de reuniões sobre o rendimento da COOPERAGRO; 35% tinham conhecimento sobre as reuniões e participavam; e 18% participavam as vezes, geralmente quando recebiam convites ou eram informados. Após essa coleta de dados, uma alternativa para a maior participação dos associados seria através do melhoramento na forma de divulgação, devendo a mesma se dar antecipadamente ou até mesmo ligar para cada associado informando a data da reunião sobre os rendimentos.

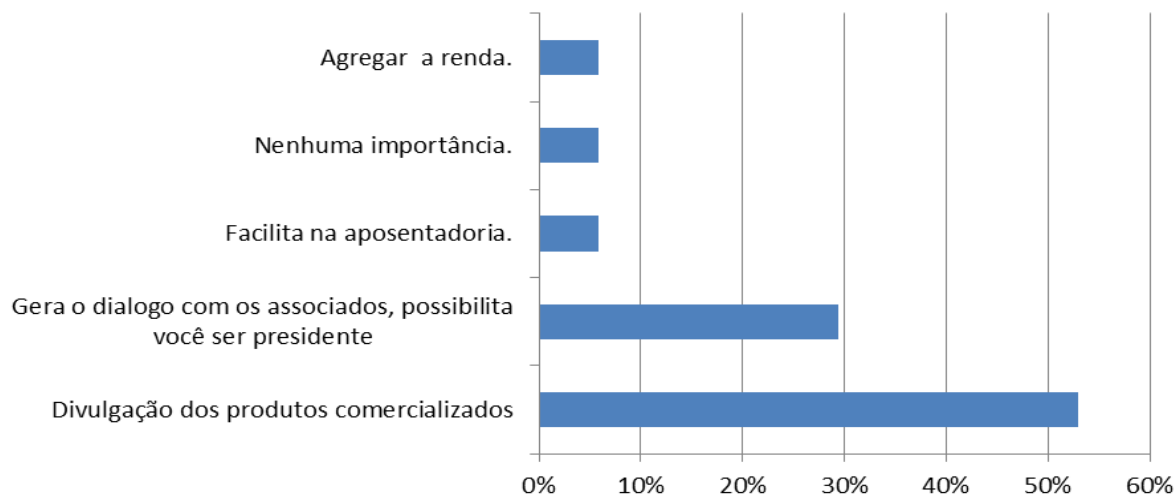
Figura 13 – Percentual de respostas referentes a existência de reuniões periódicas sobre o rendimento da COOPERAGRO.



Fonte: Autora.

Conforme figura 14 e relato dos agricultores, o ponto mais importante de ser um associado é a divulgação dos produtos comercializados 53% acreditam que com a divulgação dos seus produtos na cooperativa as vendas e a procura de seus produtos aumentaram, 29% relatou que após tornar-se membro melhorou seu diálogo com as pessoas e associados, além de possibilitar tornar-se presidente da mesma, e 6% relatou que facilita na aposentadoria e agrega `a renda. Também apenas, 6% expôs que ser membro da COOPERAGRO não tem nenhuma importância e nada contribui na sua vida ou dos seus familiares.

Figura 14 - Importância da cooperativa na vida dos agricultores.



Fonte: Autora.

Buscando entender melhor o dia a dia dos agricultores associados e suas dificuldades, constatou-se, conforme a figura 15, que a principal e mais impactante é a falta de mão de obra qualificada, que ocupa 53% das opiniões; seguido da falta de cursos profissionalizantes, com 36%; da pouca venda dos produtos, com 14%; da falta de auxílio financeiro, com 9%. e no precário auxílio da cooperativa, na falta de carga horária de trabalho dos agricultores, na pouca tecnologia da propriedade e na falta de produtos para o tratamento das frutas e verduras, com 5% cada.

Figura 15 - Principais dificuldades do dia-a-dia dos agricultores.



Fonte: Autora

Em relação aos quesitos levantados acima, recomenda-se um maior acompanhamento da cooperativa, bem como cursos de capacitação e melhoramento do solo para o cultivo, desta a busca por novas tecnologias que ajudem o agricultor no campo, e a procura de novos defensivos agrícolas para o tratamento de pragas.

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nas entrevistas realizadas com os agricultores e junto aos representantes da cooperativa, levantou-se, portanto, algumas medidas para fortalecer a atual cooperativa. Dentre elas, destacam-se a necessidade de um melhor atendimento ao público. Nesse quesito, recomenda-se a realização de treinamentos para a atual gestão, como, por exemplo, cursos de melhor relacionamento com os clientes, de atendimento ao público, e de vendas. Essa seria uma forma de gerar aumento no volume de vendas e, conseqüentemente, na renda do associado. Não menos importante é a prestação de auxílio técnico ao agricultor associado; a oferta de cursos de qualificação, tendo em vista o nível baixo de escolaridade (35% dos atuais associados possuem apenas ensino fundamental incompleto); o uso de técnicas de gestão de forma a otimizar os resultados e sanar dívidas existentes; o maior investimento em divulgação através de anúncios em jornais, rádios, sites e TV; a realização da contabilidade com uma maior periodicidade; o estímulo ao aumento da gama de produtos; e a busca por novos mercados e parcerias com outros municípios.

De forma pontual destacam-se:

- a) aprimorar o auxílio ao agricultor;
- b) incentivar todos os associados a fornecerem seus produtos;
- c) buscar novos mercados e instituições;
- d) realizar a contabilidade com uma maior periodicidade;
- e) ter uma gama maior de mercadorias disponíveis à venda;
- f) investir em divulgação;
- g) ofertar cursos de capacitação de gestão à direção da cooperativa;
- h) ofertar cursos profissionalizantes aos associados;
- i) aprimorar a forma de repasse e controle dos pagamentos aos associados;
- j) aprimorar e melhorar o atendimento ao público.

De fato, após análise de todas as figuras e questionários, pode-se destacar que a participação efetiva de todos os associados é a chave para o sucesso de qualquer cooperativa. Ademais, a gestão tem que ser obrigatoriamente a partir do interesse e da vontade do grupo, dos associados, de quem realmente vão usufruir e ou de quem será o usuário e beneficiário da associação.

Medidas emergenciais de forma a suprir algumas carências levantadas são necessárias, podendo inicialmente, como o uso dos recursos já disponíveis, por exemplo, através da atuação mais efetiva do técnico a disposição da cooperativa junto às propriedades rurais. Além de visitas técnicas, o mesmo poderia buscar conhecer as dificuldades dos agricultores e até sugerir diversificação de cultura. Além disso, o representante legal poderia prestar assistência aos cooperados, levando informações sobre a cooperativa, bem como seu controle financeiro, fato que hoje muitos desconhecem por não participarem de reuniões periódicas sobre os rendimentos.

Nessa mesma linha, destaca-se como uma medida rápida a melhora da divulgação da cooperativa e dos produtos comercializados, tendo em vista que muitos canais de comunicação são de graça e de fácil utilização como, por exemplo, a internet, com a simples criação de um site mostrando os produtos e até mesmo sua procedência. Também, a distribuição de folhetos que poderiam ser impressos de forma mais sutil, num primeiro momento, com apenas a informação dos produtos comercializados e os preços de venda. Embora pareçam medidas simples, precisam ser realizadas para que ocorra melhorias e, conseqüentemente, aumento do lucro tanto da cooperativa quanto do associado.

Apesar de existirem muitos detalhes a serem ajustados entre a COOPERAGRO e seus associados, a mesma está começando a se fortalecer como cooperativa. Mesmo não apresentando o rendimento esperado, a cooperativa induz o desenvolvimento do município através do suporte conferido aos agricultores a ela vinculado.

Com base nos dados apresentados e na análise dos resultados, o problema de pesquisa levantado pode ser respondido. A COOPERAGRO Familiar não trata-se de um exemplo de economia solidária, pois não existe uma autogestão solidária onde ao mesmo tempo em que o agricultor da cooperativa é trabalhador, ele também é dono. Economia solidária é um movimento social e cultural que luta pela mudança da sociedade, onde esse desenvolvimento não seja baseado apenas em grandes

corporações ou empresas, mas construído pelos valores, democracia e direitos humanos. Atualmente, a COOPERAGRO se aproxima das práticas cooperativistas. De acordo com o referencial teórico, cooperativismo é um instrumento de transformação social e não um mecanismo de sobrevivência imediata. São estruturas cooperativas que buscam simplesmente melhores condições de competitividade para pequenos proprietários, os quais sozinhos não teriam condições de participar do mercado.

Apesar da COOPERAGRO não ser esse exemplo, está gerando desenvolvimento econômico local, visto que para alguns agricultores trouxe aumento na renda com os empregos gerados e melhorias na qualidade de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte de cooperação sempre existiu na história da humanidade. Sem ela, o homem jamais poderia ter chegado aonde chegou. Cooperar é uma prática que ocorre nas mais diversas sociedades, sejam elas primitivas ou modernas. Existem diferentes formas de cooperação, entre elas a economia solidária.

Para muitas pessoas, cooperar significa trabalhar com o outro, fazer algo junto com alguém, o que permite às pessoas alcançarem um objetivo que dificilmente conseguiriam sozinhas. Essa cooperação é construída em razão dos desejos e necessidades comuns e é importante acreditar na potencialidade do grupo como força transformadora e geradora de lucros.

O intuito da pesquisa foi analisar se de fato a COOPERAGRO Familiar é um exemplo de economia solidária para o município de Horizontina, RS, fato esse que não se verificou em virtude de que a COOPERAGRO Familiar não trata-se de um exemplo de economia solidária, pois inexistente uma autogestão solidária onde, ao mesmo tempo em que o agricultor da cooperativa é um trabalhador, ele também é um dono. Economia solidária é um movimento social e cultural que luta pela mudança da sociedade, onde esse desenvolvimento não seja baseado apenas em grandes corporações ou empresas, mas construído pelos valores, democracia e direitos humanos.

O entendimento desse tema permitiu um olhar sobre as possibilidades de políticas e ações para o segmento agrícola, bem como para os agricultores vinculados à COOPERAGRO. Após a realização dos questionários e da tabulação dos dados, pode-se analisar que a maior faixa etária de associados está entre 40 a 59 anos de idade, dado um tanto preocupante, pois quase não existem jovens permanecendo no interior e são poucos que voltam a residir após saírem para aprimorar seus estudos. Um ponto importante nessa análise é a presença do casal no campo, mesmo que a maior porcentagem seja masculina.

No transcorrer da pesquisa e com os dados levantados pode-se perceber que a maioria dos associados não teve outro trabalho a não ser a agricultura e que todos são sócios fundadores da COOPERAGRO, no caso quatro anos desde a sua fundação. Mesmo a maioria fazendo parte da COOPERAGRO, 53% dos associados estão vinculados a outras cooperativas cuja maioria é destinada ao recebimento de grãos.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores é a falta de mão de obra, qualificação e assistência técnica. Por isso, muitos buscam alternativas e cursos oferecidos em outras entidades ou cidades, pois hoje não é oferecido nenhum curso pela cooperativa nem pelo município para suprir essas carências, conforme ponto de vista dos associados. Baseado nos relatos dos agricultores associados percebe-se que existem várias lacunas a serem preenchidas, não somente em relação à cooperativa, mas sim em relação a um todo. Pode-se dizer que hoje a COOPERAGRO está sofrendo com muitas carências, como, por exemplo, a falta de uma maior gama de produtos, a falta de qualificação dos gestores, a falta de novos mercados e compradores, a carência de auxílio financeiro para o agricultor, dentre outros. Mesmo com todos esses problemas, a COOPERAGRO vem ano a ano buscando novos associados e lutando para que os antigos continuem a entregar seus produtos, visto que muitos fazem parte, mas por não entregarem mais suas mercadorias, estão inativos.

Contudo, percebe-se a necessidade de continuar os estudos, realizando outras pesquisas acerca das variáveis e dos indicadores analisados, bem como contemplando outras dimensões não contempladas, mas que também refletem sobre o crescimento da renda do município. Dessa forma, fica como sugestão para trabalhos futuros a análise da viabilidade de constituir-se uma Cooperativa de Agricultura Familiar Solidária no município de Horizontina, RS.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO CESAR JUNIOR FERREIRA. Método: **Hipotético dedutivo**. Disponível em: <[http:// http://pt.slideshare.net/antoniocesarjuniorferreira/apresentao-mtodo-hipotico-dedutivo](http://pt.slideshare.net/antoniocesarjuniorferreira/apresentao-mtodo-hipotico-dedutivo)>. Acesso em: 25 fevereiro 2015.
- BALDWIN, R. E. **Desenvolvimento e crescimento econômico**. Tradução de Osmar Cândido Alves e Sonia Ruggiero. São Paulo: Pioneira, 1979.
- BORGES, P.T. **Institutos básicos do direito agrário**. São Paulo: Saraiva, 1996.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- CRÚZIO H, de O. **Ideologia e Autogestão**. Contradição do Cooperativismo ENGELS, Friederich. Princípios Básicos do Comunismo. In: MARX; ENGELS. **Obras Escolhidas**. Tomo I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982, p. 76-94.
- DELFIN NETO, A. **Como as nações se desenvolvem?** In: CASTRO, Antônio B. de. [et. al.]. O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- FBES. Iniciativas de Economia Solidária: **Um estudo de caso por uma produção e consumo sustentáveis**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/biblioteca22/sharon_monografia.pdf>. Acesso em: 25 fevereiro 2015.
- FUNDAÇÃO INSTUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo Agropecuário de 1995-1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- FEIJÓ, R. **Desenvolvimento econômico**: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro. São Paulo: Atlas, 2007.
- FONSECA, M. A. R. **Planejamento e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Thompson, 2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991, p.70.
- LIMA, A.P. BASSO, N.; NEUMAN, P.S. SANTS, A. C. DOS; MULLER, A.G. Administração da unidade de produção familiar: **modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: Unijuí, 1995.

LODI, J.B. **A empresa familiar**. São Paulo: Pioneira, 1986.p.172.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. IN: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. Tomo I, Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982, p. 106-136.

MARX, K.O Capital: Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas**. Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002.

OLIVEIRA, J. Estatuto da Terra: organização pós-textos, notas remissivas e índices. São Paulo: Saraiva, 1996.

ONU – FAO/INCRA. Agricultura familiar na região Sul. Brasília: FAO/INCRA, 1996.

PITAGUARI, S. O; **A Economia Solidária No Brasil: Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**. Londrina: Abril, 2010.

POCHMANN, M. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites – Nota Técnica. In: **Boletim de Mercado de Trabalho** - Conjuntura e Análise, nº 24, Ago 2004 - Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5703&catid=184&Itemid=9>. Acesso em: 25 fevereiro 2015.

SANTOS, A.C.L. dos. **Cooperativismo: entre os princípios teóricos e o desenvolvimento viável, um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) , Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 1998. p.90.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. (ORG.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Introdução de Rubens Vaz da Costa. Tradução de Maria Sílvia Possas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SINGER, P. **Desenvolvimento e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Vol. 1. Tradução de Alexandre A. Rodrigues e Eunice Ostrensky. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

JARDIM, N. Tiago. **Estatuto Social**. COOPERAGRO Familiar. Horizontina, 2012.

UFPI. Gestão de Cooperativas e Economia Solidária: **Um estudo de caso na Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí – COCAJUPI na cidade de Picos** – PI. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/admpicos/arquivos/files/RAQUEL%20BEZERRA%20MATIAS.pdf>>. Acesso em: 25 fevereiro 2015.

UFSC. O Cooperativismo de Crédito: **Em Santa Catarina**. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293480>>. Acesso em: 25 fevereiro 2015.

VEIGA, J.E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: USP/Hucitec, 1991.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 9. São Paulo: Atlas, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. São Paulo: Atlas, 2004.

VITORINO, J., BENATO H. **Cooperativismo**: encontros e desencontros. São Paulo: IAC, 1994.

APÊNDICE A

FAHOR – Faculdade Horizontina. Curso de Ciências Econômicas.
PESQUISA: Estudo de caso na COOPERAGRO Familiar do Município de Horizontina, RS.
PÚBLICO ENTREVISTADO: Representante Legal da COOPERAGRO.

DADOS GERAIS:

Nome do Entrevistado: _____

Cargo/Função: _____

Telefone de contato: _____

E-mail: _____

Data/Hora/Local da entrevista: _____

QUESTIONARIO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA:

1. Qual o número de sócios atualmente na COOPERAGRO?
2. Quais são os produtos comercializados?
3. Qual é quantidade produzida por agricultor?
4. Qual é a renda da cooperativa?
5. Como e onde as vendas são realizadas?
6. Possui outro local de venda?
7. Existe algum selo de qualidade?
8. Que relação tem a Cooperativa com a comunidade?
9. Em sua opinião, qual é o papel e a importância da Cooperativa para a comunidade?
10. De onde provieram os principais recursos para a construção da Cooperativa?
11. A Cooperativa tem parcerias com alguma instituição do município? Se sim, que tipo de parceria foi feita?
12. Como tem sido a relação da Cooperativa com o poder municipal local?
13. A Cooperativa e os associados recebem orientação técnica de alguma entidade governamental ou tem algum curso de cultivos dos alimentos/produtos?
14. Como a cooperativa está estruturada?
15. Quais as principais dificuldades que a cooperativa enfrenta?
16. Como é realizado o pagamento para os agricultores dos produtos comercializados?

APÊNDICE B

FAHOR – Faculdade Horizontina. Curso de Ciências Econômicas.

PESQUISA: Estudo de caso na COOPERAGRO Familiar do Município de Horizontina, RS.

PÚBLICO ENTREVISTADO: Associados á COOPERAGRO.

DADOS GERAIS:

Nome do Entrevistado/ Associado: _____

Cargo/Função: _____

Telefone de contato: _____

E-mail: _____

Data/Hora/Local da entrevista: _____

QUESTIONARIO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA:

- 1) Idade? Escolaridade? Sexo?
- 2) Você tem ou teve algum outro emprego fora à agricultura? Caso sim, qual?
- 3) Quantos anos você é membro da COOPERAGRO?
- 4) Você pertence à outra cooperativa?
- 5) Quais os produtos que você comercializa? E a quantidade entregue?
- 6) Você depende apenas da renda da cooperativa ou possui outras fontes rendas? Quais?
- 7) A sua renda melhorou quando entrou/ passou a fazer parte da COOPERAGRO? De quanto?
- 8) Em sua opinião, qual a importância da cooperativa para a sua vida?
- 9) Houve algum tipo de programa de capacitação fornecido/ disponibilizado pela COOPERATIVA aos associados?
- 10) Você recebe ou recebeu outra assistência da COOPERAGRO?
- 11) São feitas reuniões periódicas com os sócios a respeito do rendimento da cooperativa?
- 12) Quais as principais dificuldades que a você enfrenta no seu dia-a-dia?
- 13) Em sua opinião quais medidas poderiam fortalecer essa cooperativa e/ou superar possíveis dificuldades existentes.